

HABEAS CORPUS Nº 475.320 - ES (2018/0278661-4)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : PETERSON SANTANNA DA SILVA E OUTRO
ADVOGADOS : PETERSON SANT' ANNA DA SILVA - ES015288
DAYANNY DOS SANTOS FERNANDES - ES025272
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : NEUCIMAR PERES FREIRE (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO CONSUMADO E TENTADO. EMBRIAGUEZ AO VOLANTE. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. INADEQUAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO. NÃO CONFIGURADO. ORDEM DE *HABEAS CORPUS* DENEGADA.

1. Conforme informações prestadas pelo Tribunal de origem, o Paciente teve sua prisão preventiva decretada em 05/03/2018, mesma data em que foi recebida a denúncia oferecida pelo Ministério Público. A resposta à acusação foi apresentada em 06/04/2018. O Juízo processante designou audiência de instrução a ser realizada em 27/09/2018 e posteriormente a redesignou para o dia 27/02/2019. Em 18/12/2018, foram expedidos 10 (dez) mandados para cumprimento, incluindo uma carta precatória. De acordo com pesquisa feita à página eletrônica do Tribunal de origem, constata-se que, ao final da audiência, realizada em 27/02/2019, a magistrada proferiu despacho requerendo novas diligências, dentre elas, a manifestação do Ministério Público sobre o pedido de liberdade provisória feita pela Defesa e sobre as testemunhas não localizadas. No mesmo despacho, foi designada audiência em continuação a ser realizada em 28/08/2019.

2. Não se vislumbra, como demonstrado, a ocorrência de desídia estatal ou retardamento injustificado na tramitação da ação penal aptos a ensejar o relaxamento da prisão por excesso de prazo, levando-se em consideração, sobretudo, a complexidade do feito, inclusive com expedição de carta precatória para oitiva de testemunha.

3. O decreto de prisão preventiva fundamentou-se na gravidade concreta do delito, em tese, cometido pelo Paciente, que ao conduzir seu veículo automotor, após a ingestão de bebida alcoólica, ceifou a vida de uma vítima e feriu outras 13 (treze) que precisaram ser hospitalizadas.

4. Como se extrai dos autos, o Paciente já teve, anteriormente, o seu direito de dirigir cassado por conduzir veículo automotor após a ingestão de bebida alcoólica, o que demonstra que a imposição de medidas cautelares diversas da prisão não seriam suficientes para evitar que ele voltasse a cometer a mesma conduta.

5. Ordem de *habeas corpus* denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, denegar a ordem, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 21 de março de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

